

UNI DUNI TÊ ... APRENDER O QUÊ? O EDUCAR, O CUIDAR E O BRINCAR COMO PRÁTICAS INDISSOCIÁVEIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Uni duni tê...learn what? Education, care and play as individual practices in early childhood education

Elaine Pereira de Queiroz Barbosa – UNIALFA- GO
Marcelo Máximo Purificação – UNIALFA- GO

RESUMO: Este artigo aborda as interfaces do cuidar, educar e brincar na perspectiva da Educação Infantil enquanto etapa da Educação Básica. A educação de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, envolve respectivamente dois processos complementares e indissociáveis: O cuidar e o educar. As creches e pré-escolas se constituem ambientes de cuidados e educação, contudo ainda é notório a discrepância nas formas de atender as crianças nestes espaços. A expansão da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica no Brasil vem ocupando os debates educacionais e os movimentos sociais nos últimos 30 anos, de forma crescente e progressiva, acompanhando a intensificação da urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as mudanças na organização e estrutura das famílias. Por outro lado, a sociedade está mais consciente da importância das vivências, experiências e aprendizagens na primeira infância, o que motiva demandas por uma Educação Infantil institucional de qualidade e que promova aprendizagens significativas às crianças da faixa etária de zero a seis anos. Nesse contexto, há algumas inquietações e tessituras que permeiam esse artigo e nos levam a refletir sobre essa importante etapa da educação básica: O que é aprender na Educação Infantil? O que se aprende na Educação Infantil? Como se aprende na Educação Infantil? A criança da Educação infantil aprende? Afinal, qual o papel da Educação Infantil? A Educação Infantil é espaço de cuidar, educar ou brincar? Todas essas reflexões serão desveladas ao longo deste artigo, perpassando pelas bases legais e políticas públicas que endossam a Educação Infantil no Brasil até o arcabouço teórico e curricular, os quais dão sustentação as práticas pedagógica e metodológica desta etapa tão importante para o desenvolvimento humano.

Palavras-chave: Brincar. Cuidar. Educação Infantil. Educar.

ABSTRACT: This article addresses the interfaces of care, education, and play from the perspective of Early Childhood Education as a stage of Basic Education. The education of infants, very young children, and small children involves two complementary and inseparable processes: care and education. Daycare centers and preschools serve as environments for both care and education; however, there is still a notable discrepancy in how children are attended to in these spaces. The expansion of Early Childhood Education as the first stage of basic education in Brazil has been a central topic in educational debates and social movements over the past 30 years, growing progressively in response to the intensification of urbanization, women's participation in the labor market, and changes in family organization and structure. On the other hand, society is more aware of the importance of experiences, opportunities, and learning in early childhood, which drives demands for quality institutional Early Childhood Education that promotes meaningful learning for children aged zero to six years. In this context, there are several questions and themes that permeate this article and prompt us to reflect on this important stage of basic education: What does it mean to learn in Early Childhood Education? What

is learned in Early Childhood Education? How is it learned in Early Childhood Education? Do children in Early Childhood Education learn? Ultimately, what is the role of Early Childhood Education? Is Early Childhood Education a space for care, education, or play? All these reflections will be explored throughout this article, encompassing the legal foundations and public policies that support Early Childhood Education in Brazil, as well as the theoretical and curricular frameworks that underpin the pedagogical and methodological practices of this critical stage for human development.

Keywords: Early Childhood Education. Care. Educate. Play.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil enquanto etapa da educação básica tem se destacado atualmente na busca de uma educação integral, compreendendo que o cuidar é uma ação indissociável do educar no contexto educativo. Isso é notório desde as legislações que sustentam essa etapa até as propostas pedagógicas que se apresentam por meio de brincadeiras e interações, as quais promovem aprendizagens e desenvolvimentos às crianças.

Este artigo tem como objetivo apresentar o cuidar e o educar como práticas indissociáveis no contexto escolar na Educação Infantil e que ocorrem por meio das interações e a brincadeira, eixos que aparecem inicialmente propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI /2009) e asseguradas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017) e que transformam a maneira de pensar as práticas pedagógicas na infância.

No primeiro tópico é apresentado uma linha do tempo destacando os principais avanços das legislações que amparam esta etapa da educação básica, com ênfase às transformações ocorridas nos últimos 30 anos e aos esforços para assegurar à criança o direito de aprender. O arcabouço legal que se apresenta é composto pelos artigos da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a Educação Infantil como dever do Estado e direito da criança, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo FUNDEB e pelos Referenciais Curriculares Nacionais (RCNEI), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), que inclui a Educação Infantil nos sistemas de ensino e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e pela Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), todo esse conjunto que dá ênfase aos avanços da etapa e às transformações do fazer pedagógico.

No segundo tópico aborda-se a essência do cuidar e o educar como práticas fundamentais e efetivas na Educação Infantil e indissociáveis, as quais se sustentam nos eixos estruturantes que norteiam as práticas pedagógicas: as interações e a brincadeira. Discute-se a evolução da concepção de criança e infância num cenário de aprendizagens concretas e como a instituição por meio de sujeitos, espaços e materiais atuam como mediadores nesse processo de aprendizagem da criança. É ainda apontado como as interações e a brincadeiras como parte do cotidiano da instituição de Educação Infantil proporcionam experiências e vivências que permitem diversas aprendizagens e desenvolvimento da criança e pela criança.

No terceiro tópico destaca-se o fazer pedagógico nas instituições de Educação Infantil. Como a criança aprende, o que ela aprende e a importância do currículo nesta etapa para ressignificar esse espaço e as aprendizagens, tendo o cuidar e o educar como práticas legítimas e que garantem os direitos das crianças, em participar, explorar, brincar, se conhecer e se expressar, enquanto sujeito social, emocional e físico, neste ambiente.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa. Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. O artigo está fundamentado em registros legais, desde a constituição de 1988 até a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017 e nas concepções de alguns autores como: Vygotsky (1989), Fochi (2015), Barbosa e Richter (2015), Finco, Barbosa e Faria (2015), Oliveira (2014), Kramer (2011) e Zuccoli (2017).

2. O CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: DOCUMENTOS ORIENTADORES

Historicamente no Brasil o reconhecimento da Educação Infantil como direito, se consolida inicialmente na Constituição Federal (CF) de 1988, seguida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069, de 13/07/1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 - Lei 9394/96; os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

(FUNDEB) de 2007; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) - Resolução nº 05 de 17/12/2009; o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 - Regulamentado pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 e por último a BNCC para Educação Infantil - Homologada em 20/12/2017. Todos esses documentos dentre as suas prerrogativas servem na Educação Infantil como guia orientativo às diferentes nuances que permeiam essa etapa, seus currículos, formações, profissionais, instituições e as suas propostas pedagógicas.

A Educação Infantil ganha destaque a partir da Constituição Federal de 1988, com ênfase às discussões, tanto no campo de estudos e pesquisas, quanto na esfera governamental e de políticas públicas. O artigo 227 da Constituição Federal de 1988 estabelece que é dever do Estado, da sociedade e da família garantir os direitos das crianças e adolescentes com absoluta prioridade. Entre os direitos garantidos estão o a vida, saúde, alimentação, educação, ao lazer, a profissionalização, cultura, a dignidade, ao respeito e a liberdade.

O direito à Educação Infantil aparece também reconhecido nessa mesma constituição, em seu artigo 208, inciso IV (...) “o dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). Nesse contexto, as creches, vinculadas à assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação, pois, as instituições educativas não apenas cuidam das crianças, mas desenvolvem um trabalho educacional como prioridade, promovendo o cuidar e o educar como base do desenvolvimento humano. A concepção de creches e pré-escolas mudou, uma vez que, passaram a ser conhecidas como instituições educativas.

Assim, há um reconhecimento da necessidade de proteção à infância e desenvolvimento da criança, por meio de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos. Esses direitos são ratificados posteriormente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais diretrizes e decretos que se apoiaram na Constituição para defender e garantir os direitos educacionais da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA, Lei 8069/90 (Brasil, 1990), em seu artigo 3º, ressalta que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei, assegurando lhes, por lei ou por outros meios, todas as

oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), Lei n. 9496/1996 (Brasil, 1996), reconheceu, no artigo 21, que a educação básica é formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Nessa lei o que se evidencia são as mudanças que destacam a criança como sujeito de direitos, houve o reconhecimento do direito à Educação Infantil, porém apenas o Ensino Fundamental permaneceu com caráter obrigatório. No caso da pré-escola e creche ficou a matrícula e permanência da criança, como opção da família.

Em 1998 são publicados os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998), compostos por três volumes, os quais contemplam objetivos, conteúdos e orientações didáticas para as práticas pedagógicas nas instituições de Educação infantil. Esse documento aparece em uma divisão organizada por idade para as crianças de zero a três anos (creche) e de três a seis anos (pré-escola). O seu escopo apresenta metas de qualidade que favorecem o desenvolvimento integral da criança e de suas identidades. Outrossim, afirma o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural. De acordo com Gobbato (2016), os referenciais são documentos que estabelecem metas de qualidade promovendo à criança o desenvolvimento integral e à formação da cidadania.

Nesse documento, os direitos da criança aparecem organizados de forma direta, considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos:

o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; à socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Se por um lado, o Referencial surgiu como um elemento orientador de ações na busca da melhoria de qualidade da Educação Infantil brasileira, por outro, não houve uma pretensão de resolver os complexos problemas dessa etapa educacional.

A busca da qualidade do atendimento envolve questões amplas ligadas às políticas públicas, às decisões de ordem orçamentária, à implantação de políticas de recursos humanos, ao estabelecimento de padrões de atendimento que garantam espaço físico adequado, materiais em quantidade e qualidade suficientes e à adoção de propostas educacionais compatíveis com a faixa etária nas diferentes modalidades de atendimento, para as quais este Referencial pretende dar sua contribuição (BRASIL,1996, p.14).

Alves (2011) ao analisar o RCNEI, expressa que eles denotam a estruturação de um currículo, trazendo a marca da educação formal, visando, com prioridade, a aquisição de conteúdos e, Reis e Cunha (2010) os consideram grandes receituários elaborados em âmbito nacional para professores, coordenadores e diretores de escolas de Educação Infantil. Manual oficial indispensável na medida em que os professores não necessitavam ter uma formação fundamentada e alicerçada em grandes referenciais teóricos históricos, filosóficos e sociológicos.

Um outro aspecto de esvaziamento da aplicabilidade do RCNEI é entender que a criança necessita vivenciar as aprendizagens construídas aos aspectos afetivos, emocionais, cognitivos e sociais, trouxe em seu escopo uma organização das crianças de acordo com as faixas etárias de até 3 anos, e de 4 a 6 anos . Contudo, essa organização é por faixa etária e não pela organização institucional que define a idade das crianças em creche e pré-escola, porque não corresponderia a variação de faixas etárias encontradas nas diferentes regiões do país que não corresponde as determinadas pela LDB (BRASIL, 1996).

Nesse sentido é um documento que não foi de grande prevalência nem como guia orientativo na prática e nem como relevantes contribuições para o fazer pedagógico, tornando-se dispensável e com pouca efetividade e legitimidade pedagógica para se consolidar ações típicas para as crianças da Educação Infantil.

A Educação Infantil passou a ter maior auxílio e incentivo com recursos financeiros, a partir de 2007, com a aprovação do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), este fundo incluiu creches e pré-escolas no financiamento público para a educação. Com essa ação, a Educação Infantil começou a dispor de atenção especial de pesquisas, estudos e dos aspectos legais, agregadas a outras políticas públicas financiando e amparando suas demandas.

Este marco de evolução e conquista na Educação Infantil trouxe um arcabouço de inovações e exigências aos envolvidos nessa etapa, um aumento significativo do acesso do número de crianças à escola, a exigência de formação específica dos profissionais, assim como, mudanças no atendimento à criança, transcendendo a visão assistencialista/higienista e cuidadora, para maior notoriedade as questões pedagógicas e educacionais (cuidar e educar). Estes aspectos vão se efetivando gradativamente, visto que muito ainda precisa ser investido e pesquisado para que estes objetivos sejam efetivamente incorporados na prática do professor da Educação Infantil, para se reverberar em um desenvolvimento integral da criança e ampliar os aspectos educacionais, sociais, familiares, cognitivos, físicos, afetivos e emocionais.

A Diretriz Curricular para Educação Infantil – DCNEI foi instituída prioritariamente pela Resolução nº 1/99 e posteriormente e ainda em vigência temos a Resolução nº 5/09, a qual comporta definições de Educação Infantil, criança, currículo e proposta pedagógica, havendo um detalhamento maior da concepção de Educação Infantil e da Proposta Pedagógica. Contempla ainda os princípios (éticos, político e estéticos), os quais devem ser respeitados pelas propostas pedagógicas e visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. São eles:

Princípios políticos – garantia dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Princípios estéticos – valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Princípios éticos – estão relacionados às ações e às relações estabelecidas com e entre as crianças, com e entre os adultos das unidades de Educação Infantil e também com os familiares, com experiências e vivências de responsabilidade, solidariedade e respeito.

Nesse contexto, em 2009 a Emenda nº 59 realizada na Constituição Federal passou a tornar obrigatória e gratuita a Educação Básica dos 4 aos 17 anos. Ainda no ano de 2009, institui-se a Resolução nº 5, do MEC/CNE, lançando as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), as quais afirmam que crianças que integralizarem seis anos após a data de 31 de março, terão matrícula assegurada na primeira etapa da educação básica, ou seja, terão direito de frequentar a pré-escola.

Tais Diretrizes reconhecem a criança como sujeito histórico e de direitos, conforme observado no artigo 4º:

Art. 4º As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

É possível observar, ainda, as dimensões do cuidar e do educar imbricadas nesses espaços institucionais. O artigo 5º, parágrafo 6º, considera a “Educação Infantil em tempo parcial, a jornada de, no mínimo, quatro horas diárias e, em tempo integral, a jornada com duração igual ou superior a sete horas diárias”.

Deste modo as creches e pré-escolas são definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil como

[...] estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica legalmente determinada, a habilitação para o magistério superior ou médio, refutando assim funções de caráter meramente assistencialista, embora mantenha a obrigação de assistir às necessidades básicas de todas as crianças. (BRASIL, 2009, p.4).

Nesse contexto, a DCNEI tem por objetivo, orientar e normatizar o currículo escolar a ser desenvolvido na Educação Infantil de modo a garantir os direitos das crianças e desenvolver suas potencialidades, enquanto sujeito em formação. Descrevendo as DCNEI, Alves (2011, p. 31) constata que estas:

Apresentam caráter mais aberto e democrático, propondo que as propostas pedagógicas devem respeitar princípios éticos (desenvolvimento da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum), estéticos (formação para o exercício da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais) e políticos (exercício progressivo dos direitos e deveres da cidadania, da criticidade e da democracia) e integrar educação e cuidado.

No artigo 7º, a mesma Resolução apresenta alguns direitos que devem ser observados nas instituições de Educação Infantil: oferecer condições e recursos para que as crianças tenham seus direitos civis, humanos e sociais garantidos. O artigo 8º que é o desdobramento do anterior e afirma:

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças.

É notório que esse documento ratifica as conquistas que os documentos anteriores apresentaram e propõe-se a ir além do sensibilizar e orientar o profissional da Educação Infantil a “oferecer condições e recursos” para a existência e efetivação dos direitos das crianças.

Conforme Dantas (2016, p. 179), “O documento destaca também, o atendimento à diversidade, às especificidades das crianças pequenas e bebês e a relação com a família”. As DCNEI propõem uma prática educativa centralizada na criança e nas suas relações, definindo as interações e brincadeiras como eixos estruturantes, que devem ser desenvolvidas por meio de vivências experiências diversificadas no interior das instituições de ensino.

Todas essas bases teóricas contempladas nas diretrizes constituem a proposta pedagógica a ser adotada pelas instituições de Educação Infantil. As ações que cooperam para o processo de ensino e aprendizagem devem estar fundamentadas tanto no cuidar quanto no educar, pois são conceitos indissociáveis na Educação Infantil, ou seja, um complementa o outro no cotidiano e nas ações.

Essa prática é amparada tanto pelas DCNEI (1999) quanto pela BNCC (2017) para a Educação Infantil. As estratégias de ensino devem adequar-se à realidade de desenvolvimento infantil e do ambiente a que se destinam, potencializando tal desenvolvimento nos mais variados aspectos, de maneira a influenciar a evolução integral da criança.

A partir da mudança de concepção de criança, de seu processo de aprendizado e desenvolvimento, surgiu a necessidade de se fundamentar um currículo para a Educação Infantil. Isso se deve ao fato de a criança “[...] ser um sujeito de direitos a serem garantidos, incluindo o direito desde o nascimento a uma educação de qualidade no lar e em instituições escolares” (OLIVEIRA, 2010, p.3).

Diante desse universo de possibilidades e discursos que exaltam os direitos das crianças, numa política educacional que reforça a ideia de ela ser um sujeito de direitos na sociedade, na instituição educacional, alguns pontos nos servem de inquietações: como

as práticas pedagógicas educacionais são afetadas? Seria possível afirmar esses direitos no cotidiano da Educação Infantil? Todos eles são possíveis na atualidade diante das políticas públicas que existem? Todas essas questões vão se desvelando no próximo tópico a partir de estudos acerca do contexto pedagógico e suas especificidades.

3 - O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AÇÕES FUNDAMENTAIS E INDISSOCIÁVEIS

A Educação Infantil ao longo de muitas décadas configurou-se como assistencialista e compensatória, ficando assim dissociada da Educação Básica. As creches e pré-escolas surgiram com o objetivo de apoiar as famílias em suas necessidades, especialmente para o ingresso no mercado de trabalho, suprindo assim as necessidades mais básicas das crianças, como, alimentação e higiene e também àquelas provenientes de situações socioeconômicas mais frágeis.

Contudo, nas últimas décadas, nota-se um movimento para se romper com esta tradição e/ou dicotomia, a partir de uma ressignificação da Educação Infantil, observada desde a Constituição Federal (1998) até a BNCC (2017), definindo-a com caráter educativo nas instituições. Neste contexto é que se consolida a concepção de Educação Infantil vinculada ao “cuidar e educar” como ações indissociáveis no processo educativo.

O cuidar e o educar estão presentes, desde o início da vida da criança, a partir das relações que estabelece com familiares, comunidade e unidade educacional, porque o cuidado e a educação são condições básicas para que os sujeitos se constituam humanos. Cuidar trata-se de uma característica essencialmente humana, relacionada ao acolhimento, à afetividade, alteridade, cooperação e à atenção com o outro e o Educar significa desenvolver capacidades que auxiliam o sujeito a viver em sociedade.

Nesse contexto, mesmo havendo uma discrepância entre educar e cuidar, são ações que possuem uma inter-relação de reciprocidade, principalmente na instituição de Educação Infantil, espaço onde a finalidade principal converge para o desenvolvimento integral do sujeito, conforme aponta o Parecer CNE/ CEB nº7/2010 das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB).

Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, [...] educar com cuidado significa aprender

a amar sem dependência, desenvolver a sensibilidade humana na relação de cada um consigo, com o outro e com tudo o que existe, com zelo, ante uma situação que requer cautela em busca da formação humana plena (BRASIL, 2010, p. 18).

Destarte a essas considerações, entende-se que o papel da instituição educacional ao promover ações relativas ao educar e cuidar, é compreender e desenvolver a identidade, a alteridade e a autonomia das crianças, reconhecendo e atendendo suas necessidades, tanto nos aspectos físicos, relativos à nutrição, higiene, ao movimento e descanso, como também nos aspectos cognitivos, relacionados à exploração e à elaboração de hipóteses na apropriação e produção de conhecimentos.

Neste espaço as crianças aprendem brincando, participando da organização da rotina e das tomadas de decisões, cotidianamente, explorando movimentos, gestos, sons, formas e texturas, expressando-se como sujeitos dialógicos, conhecendo-se e constituindo sua identidade. E para a garantia destas aprendizagens tem-se estabelecido o currículo.

Currículo e cotidiano possuem uma relação intrínseca na Educação Infantil. Como ressaltam Brougère e Ulmann (2012), ocorrem, nas situações da vida cotidiana, aprendizagens que servem de vias de acesso para a compreensão dos funcionamentos sociais que são construídos e que constroem a relação das crianças com o mundo. Com base nessa afirmação e de acordo com as proposições das DCNEI (Brasil. CNE, 2009b), defende-se o argumento de que as complexidades das atuações infantis somente serão acolhidas pelos professores se “as práticas do cotidiano forem tomadas como direção e sentido da ação pedagógica” (Carvalho; Fochi, 2016, p. 158) com as crianças.

Nessa perspectiva, entende-se aqui o currículo como “construção, articulação e produção de aprendizagens que acontecem no encontro entre as crianças e a cultura” (Brasil. MEC, 2009). Assim, o currículo emerge da vida, das tessituras cotidianas e dos percursos das crianças no mundo e que, portanto, é concebido

[...] como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (Brasil. CNE, 2009b, art. 3º).

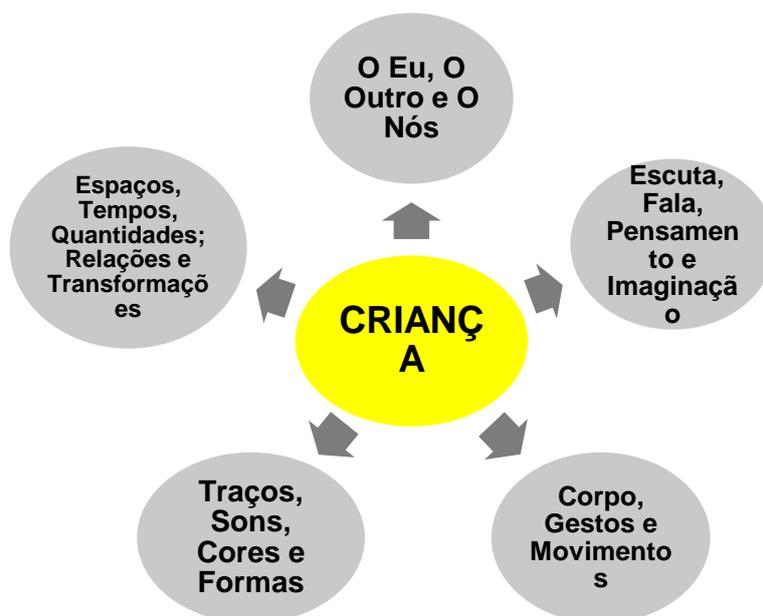
Os diálogos acerca do currículo na Educação Infantil no Brasil foram se alargando no momento em que o MEC (1996) publicou a opinião de profissionais da área respondendo à questão: O que é proposta pedagógica e currículo na Educação Infantil?

Alguns estudiosos e pesquisadores, como: Kishimoto (1994), Oliveira (1994), Machado (1994), Mello (1994) e Kramer (1994) não chegaram a um consenso sobre os conceitos, mas todas defendem que no currículo é preciso estarem explícitos valores e concepções de infância, homem, educação, educação infantil, conhecimento, cultura, desenvolvimento infantil, a função da instituição em relação à criança, à família e à comunidade. Defendem ainda que aspectos institucionais/organizacionais e a natureza dinâmica e aberta devem ser considerados no currículo.

As DCNEI (BRASIL, 2009) enfatizam que o estabelecimento de um currículo para a infância tem sido um campo de discussões, sobretudo no Brasil, visto que nem sempre a ideia de currículo para a Educação infantil foi aceita e tampouco prioridade no cenário da educação, pois esse conceito sempre apareceu associado à escolarização, tal como vivida no Ensino Fundamental. Todavia, o documento defende o currículo como

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças e afetam a construção das identidades das crianças (BRASIL, 2009, p.6).

A BNCC orienta um currículo organizado conforme campos de experiências:

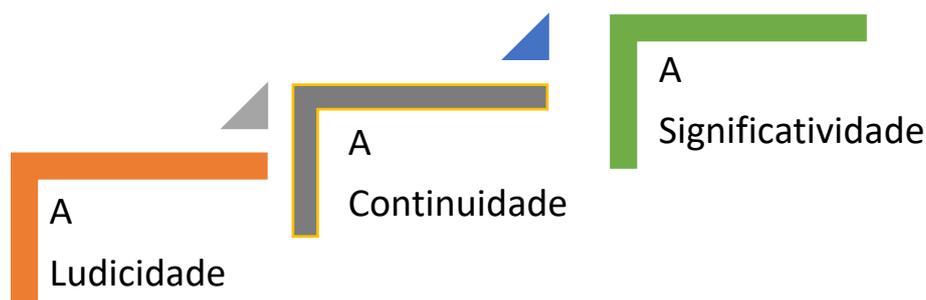


Os campos de experiências “constituem um arranjo curricular que acolhe as

situações e as experiências concretas do cotidiano das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BRASIL, 2017, p.38). Consoante a esta afirmativa, Fochi (2015) descreve que a organização de um currículo por campos de experiências consiste em colocar no centro do projeto educativo o fazer e o agir das crianças.

De acordo com a BNCC (2017), cada campo é composto por um conjunto específico de sentidos, saberes e conhecimentos de diferentes naturezas, agrupados por afinidades, semelhanças e aproximações, que se desdobram em objetivos de aprendizagens e desenvolvimento. Contudo, os campos de experiências são concebidos numa perspectiva intercomplementar, em que, numa mesma ação pedagógica proposta às crianças, dois, três ou mais campos se fazem presentes e são trabalhados simultaneamente.

Bondioli e Mantovani (apud GOIÁS, 2018) apresentam três princípios didáticos para uma organização curricular que considere os Campos de Experiências:



Esses princípios atendem aos modos próprios das crianças aprenderem, pois elas produzem conhecimento quando estão diretamente envolvidas na exploração dos objetos, quando admiram e questionam os fenômenos - naturais ou artificiais - quando transformam, olham, tocam e narram o que acontece em seu entorno.

O termo experiência aqui é entendido como as interações vivenciadas, contínuas e participativas entre as crianças, a equidade no acesso e na permanência na instituição, a liberdade de ensinar e aprender, o pluralismo de ideias e as concepções pedagógicas, a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática e a garantia de padrão de qualidade.

Assim, a função do cuidar e do educar, nessa perspectiva, é compreender como a criança aprende e se desenvolve nas interações estabelecidas com seus pares, com adultos

e com o mundo em sua volta, humanizando-se.

Partindo desse currículo construído no cotidiano e a partir das escutas e vivências das crianças, na instituição de Educação Infantil, ressalta-se o direito da criança, de brincar, ser cuidada e educada por profissionais comprometidos com o desenvolvimento infantil. Nesta perspectiva, a Educação Infantil busca outros sentidos em suas funções, considerando as crianças em seus aspectos sociais e culturais, nas dimensões físicas e psicológicas. O cuidar deixa de ter uma visão sanitarista e assistencialista e passa a ser pedagógico e educativo, entendido na concepção do aprender, sendo indissociáveis a educação e o cuidado. De acordo com o RCNEI (1998), a brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a ampliarem progressivamente suas aquisições de forma criativa e acrescenta afirmando que:

A brincadeira é uma linguagem infantil que mantém um vínculo essencial com aquilo que é o “não-brincar”. Se a brincadeira é uma ação que ocorre no plano da imaginação isto implica que aquele que brinca tenha o domínio da linguagem simbólica. Isto quer dizer que é preciso haver consciência da diferença existente entre a brincadeira e a realidade imediata que lhe forneceu conteúdo para realizar-se. Nesse sentido, para brincar é preciso apropriar-se de elementos da realidade imediata de tal forma a atribuir-lhes novos significados. Essa peculiaridade da brincadeira ocorre por meio da articulação entre a imaginação e a imitação da realidade. Toda brincadeira é uma imitação transformada, no plano das emoções e das ideias, de uma realidade anteriormente vivenciada (BRASIL, 1998, p.24).

Destarte a esses apontamentos, os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006) foram publicados pelo MEC com o objetivo de assegurar a qualidade na Educação Infantil e responder com uma ação efetiva aos anseios da área e cumprir a determinação legal do Plano Nacional de Educação, que exige a colaboração da União para atingir o objetivo de estabelecer parâmetros de qualidade dos serviços de Educação Infantil.

Nos PNQEI (2006), as interações e brincadeiras estão presentes defendendo que as crianças precisam ser apoiadas em suas iniciativas espontâneas e incentivadas a: brincar; movimentar-se em espaços amplos e ao ar livre; expressar sentimentos e pensamentos; desenvolver a imaginação, a curiosidade e a capacidade de expressão; ampliar permanentemente conhecimentos a respeito do mundo da natureza e da cultura, apoiadas por estratégias pedagógicas apropriadas; diversificar atividades, escolhas e

companheiros de interação em creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil.

Planejar é organizar, programar, preparar, antecipar ações com intenção. Para Ostetto (2012), planejar é uma “[...] atitude de traçar, projetar, programar, elaborar um roteiro para empreender uma viagem de conhecimento, de interação, de experiências múltiplas e significativas para/com o grupo de crianças” (p. 177).

Planejar possibilita ao professor fazer escolhas, traçar caminhos, criar possibilidades de aprendizagens que contribuam para que as crianças ampliem, diversifiquem e complexifiquem seus conhecimentos, se apropriando do mundo em que vivem. Por isso, planejar, na Educação Infantil, não se refere ao registro de um

[...] conjunto de aulas ou atividades, tampouco as propostas relacionadas às datas comemorativas. Planejar é fazer um esboço mais amplo sobre a gestão do tempo, sobre a organização dos espaços, sobre a oferta de materiais e sobre os arranjos dos grupos (FOCHI, 2015b, p. 1).

Ao planejar as ações educativas e pedagógicas, deve considerar as interações e a brincadeira, eixos estruturantes das práticas pedagógicas de acordo com as DCNEI (BRASIL, 2009a). No ambiente da instituição educativa esse conhecimento é ampliado a partir de conceitos científicos e curiosidades das crianças.

Desta forma, as crianças aprendem brincando, participando, expressando, criando, cuidando umas das outras, de maneira que o planejamento intencional, a rotina, a reflexão do próprio trabalho, a avaliação e as relações entre os sujeitos e o currículo, são elementos que compõem as ações educativas.

Planejar implica pensar em alguns questionamentos, como: “Para quem? Quando? Como? Para que? Por quê? Para isso, é necessário observar, escutar as crianças e definir junto com elas, projetos de trabalho que favoreçam a produção e a construção do conhecimento.

Qualquer proposta de planejamento, na ação, vai depender, em muito, do educador: do compromisso que tem com sua profissão, do respeito que tem para com o grupo de crianças, das informações de que dispõe da formação que possui, das relações que estabelece com o conhecimento, dos valores nos quais acredita etc., pois, de modo geral, como já indiquei, vejo o planejamento como atitude. (Ostetto, 2000, p. 189).

Daí a importância de o professor ao planejar apresentar uma intencionalidade pedagógica com propostas que favoreçam a comunicação das crianças ao manifestarem

seus interesses, ideias e sentimentos, ou seja, planejar em sua ação pedagógica experiências em que “organizam situações nas quais seja possível que bebês e crianças diversifiquem atividades, escolhas e companheiros de interação” (BRASIL, 2006b, p. 39-40). Assim a aprendizagem será significativa e ampliará a aquisição de conhecimento e o desenvolvimento da criança de forma efetiva e integral.

4. UNI....DUNI TÊ... APRENDER O QUÊ?... O FAZER PEDAGÓGICO NAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Quando analisamos o fazer pedagógico nas instituições de Educação Infantil, alguns pontos merecem atenção: A criança da Educação infantil aprende? O que se aprende na Educação Infantil? Como se aprende na Educação Infantil? Qual o papel da Educação Infantil? A Educação Infantil é espaço de cuidar, educar ou brincar?

A resposta é sim, a criança da Educação Infantil aprende e esse processo tão importante ocorre por meio das brincadeiras e interações. O brincar promove a sociabilidade, a união e a cooperação entre os brincantes, além de buscar soluções para os problemas que os jogos, brinquedos e brincadeiras oferecem no desenvolvimento do enredo, bem como a lidar com situações que os preparam para a vida adulta (Pozo,1998; Córdula,2012).

A infância é marcada por aprendizagens permeadas por descobertas, experimentações e, acima de tudo, pelo brincar. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece o valor intrínseco do brincar na Educação Infantil e estabelece diretrizes que destacam a importância dessa prática na formação integral das crianças.

Ao ser inserida na instituição educacional a criança amplia o seu universo, a partir do contato com outras crianças e com os vários atores que compõem esse espaço, esses sujeitos possuem origens e culturas diversas, essa é uma oportunidade de aprender novas brincadeiras, ter contato com materiais variados, e assim adquirir conhecimentos sobre diferentes realidades e é assim que ela aprende e se desenvolve, reproduzindo e produzindo cultura.

O trabalho pedagógico dentro das instituições de educação infantil, tem como objetivo principal estabelecer uma conexão entre o cuidar e educar. O cuidar deve visar a autonomia e independência da criança e o educar deve ocorrer tanto nas ações do cuidar,

mas, quanto nas atividades pedagógicas, as quais, devem ser pensadas e planejadas, a partir das diferentes áreas do conhecimento e objetivos de aprendizagens, sempre valorizando o potencial preexistente da criança, suas vivências e experiências. É preciso promover uma educação às crianças pequenas, não somente nos cuidados e no atendimento às necessidades básicas delas, se num contexto histórico e/ou no passado, as instituições existiam para garantir o direito de trabalho às mães e somente o cuidado aos pequenos, atualmente há o desafio de também educar essas crianças para uma sociedade tecnológica e inovadora, conforme o que preconiza a BNCC,

as propostas devem se basear tanto em atividades plugadas, ou seja, com artefatos tecnológicos, quanto desplugadas, que consistem em trazer o pensamento computacional a partir de atividades do cotidiano, com jogos e materiais físicos, ampliando as brincadeiras e o movimento do próprio corpo. (BRASIL,2017)

A BNCC (2017) valida e reforça o conceito de que as ações de cuidar estão integradas com as ações de conhecer e explorar o mundo, criando campo propício para a sistematização dos conhecimentos. Assim, o brincar e o cuidar são indissociáveis, pois ambos têm como premissa o educar e o ensinar. Brincar, cuidar e educar, são necessários na construção de conhecimento e no desenvolvimento da criança.

O espaço da Educação infantil é palco das vivências e experiências planejadas e ressignificadas, pelas quais as crianças participam com o objetivo de desenvolver, aprender e socializar.

Na Constituição Federal de 1988 e na LDB/1996 a ação pedagógica com crianças de 0 a 6 anos recebeu o nome de Educação Infantil com a intencionalidade de diferir do termo ensino que antecedia as etapas Fundamental e Médio. Será um espaço que abriga ações educativas abrangentes, não apenas de conhecimentos sistematizados e organizados por áreas, mas também de saberes oriundos das práticas sociais, das culturas populares, das relações e interações, dos encontros que exigem a constituição de um tempo e um espaço de vida em comum no qual se possa compartilhar vivências sociais e pessoais (FINCO, BARBOSA, FARIA, 2015, p. 187).

Assim, as instituições que atendem a Educação Infantil devem proporcionar às crianças momentos lúdicos, que contemplem brincadeiras e interações, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia da criança e da sua capacidade de tomar decisões. Conforme descreve o RCNEI (1998), cabe ao professor propiciar situações de diálogos, brincadeiras ou de aprendizagens mediadas e que garantam as interações entre as crianças,

de forma que possam comunicar-se e expressar-se, demonstrando seus modos de agir, de pensar e de sentir, em um ambiente acolhedor e que propicie a confiança e a autoestima

A interação entre crianças e outras crianças, crianças e adultos e crianças com o meio, no qual estão inseridas, agrega e amplia significativamente e culturalmente para a sua aprendizagem e desenvolvimento. A criança aprende sobre o mundo, por meio das relações e interações que estabelece com seus pares. Barbosa e Fochi (2015) explicam que as crianças aprendem porque querem dar sentido às suas vidas e outrossim, compreender o mundo em que vivem. Neste sentido, dialogam com Zuccoli (2015) quando afirma que:

Conviver entre pares e também entre crianças com diferentes idades intensifica possibilidades de encontros, de exploração do mundo e compreensão de outros pontos de vista. Não é a idade que determina saberes e conhecimentos a serem apreendidos. E do percurso histórico da experiência no mundo e com o mundo, na temporalidade das interações com as coisas e com os outros, que emerge a compreensão de distintos mundos (ZUCCOLI, 2015, p. 192).

Segundo Vygotsky (2010) o indivíduo aprende por meio da sua interação com o meio no qual está inserido, sendo modificado e intensificado nas relações que constrói. Quando a criança compreende e dá sentido ao que aprende, se modifica e modifica o meio, pois a criança está em constante processo de aprendizagem onde constrói, desconstrói e reconstrói cada conceito que adquire ao longo das suas vivências e experiências.

O papel da Educação Infantil, enquanto etapa da Educação Básica é promover aprendizagem e contribuir para o desenvolvimento da criança em todos os aspectos, conforme preconiza a LDB 9.394/96:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Art. 29º).

A educação infantil será oferecida em (Art. 30º):

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade. (BRASIL,1996)

Na Educação Infantil, um dos grandes aspectos de aprendizagem da criança é a

autonomia, a qual se efetiva nas interações dos sujeitos com o meio e com o outro, pois são nelas que as crianças, desde bebês, descobrem como está organizado o mundo físico e sociocultural.

A autonomia é adquirida pelas crianças por meio de ações educativas e pedagógicas organizadas pelos profissionais para mediar a aprendizagem e orientadas pelo currículo e devem possibilitar à criança confiar em si mesma e compreender a importância de cuidar do próprio corpo, de seu bem-estar e daqueles com os quais convive. Nesse contexto, o planejamento da organização dos espaços e da rotina na instituição educacional são aspectos importantes na construção da autonomia, assim o professor deverá por meio do planejamento de ações intencionais, garantir à criança meios para desenvolver sua autonomia e sentir-se segura nos ambientes e espaços variados das instituições.

As ações pedagógicas propostas nas instituições de Educação Infantil devem ser estimuladoras quanto às descobertas, criatividade, desafios e aprendizagens, oportunizando a interação criança-criança, criança-adulto e desses sujeitos com o meio. “O espaço lúdico infantil deve ser dinâmico, vivo, “brincável”, explorável, transformável e acessível para todos” (Brasil, 2006, p.8)

Vygotsky (1986 e 1989) defende que a interação social é um processo que se dá por meio de indivíduos com determinados modos de agir, pensar e sentir, sendo inviável dissociar as dimensões cognitivas e afetivas dessas interações e os planos psíquico e fisiológico do desenvolvimento. Nessa perspectiva, Vygotski (1991) argumenta que a interação social se torna o espaço de constituição e desenvolvimento da consciência do ser humano desde que nasce.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2010) compreendem a criança como um sujeito ativo e construtor da sua própria vida e da vida daqueles que fazem parte dela.

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010, p. 12)

Nesse contexto, as DCNEIs, estabeleceram os eixos estruturantes das práticas pedagógicas da Educação Infantil, sendo: interações e brincadeiras, essa definição por meio de documento representa um grande avanço nessa etapa da Educação Básica, uma

vez que, evidenciam que as interações e a brincadeiras são essenciais para o processo de desenvolvimento das crianças. As interações e as brincadeiras permeiam todo o documento das DCNEIs e no Artigo 8º fica estabelecido que as propostas pedagógicas devem promover o trabalho coletivo e preconizar uma organização do tempo, do espaço e dos materiais que respeite as singularidades das diferentes faixas etárias.

Conforme as crianças vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição educacional, na coletividade) constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e simultaneamente e se identificando como seres individuais e sociais. Consoante à BNCC (2017) é na interação com outras crianças e adultos que as crianças vão se constituindo como sujeito com um modo próprio de agir, sentir e pensar, e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista.

Diante das referidas situações, Kishimoto (1998) afirma que ao brincar, a criança não está preocupada com os resultados da brincadeira – fato possível de ser observado durante e depois da brincadeira. O que a impulsiona a explorar e descobrir o mundo é o prazer e a motivação que surgem da necessidade de aprender através dos exemplos dos pais, amigos ou pessoas próximas, desde que seja está uma de seus atuais referenciais de comportamento de mundo. Segundo o Referencial Curricular Nacional (RCN) da Educação Infantil:

Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não literal, transferindo e substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos (BRASIL, 1998, p. 27).

É fundamental que as práticas pedagógicas da Educação Infantil sejam lúdicas e prazerosas, o educador enquanto mediador, deve permitir à criança ter autonomia de escolhas, estar em contato com uma variedade de estímulos, vivências e experiências que propiciem seu desenvolvimento integral. Nesse sentido, a brincadeira se torna mais interessante para criança quando se sente com liberdade e certa independência para escolher seus brinquedos, companheiros e os papéis que irão assumir. A garantia de que a criança possa conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se deve conduzir o conjunto de práticas pedagógicas propostas pelas escolas, onde as interações e brincadeiras oportunizem momentos nos quais as ações das crianças se articulem com as situações de aprendizagem propostas pelo educador.

Segundo Oliveira (2000), o brincar não significa apenas divertir-se sem fundamento e razão, caracterizando-se como uma das formas mais complexas da criança em comunicar-se consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento dá-se por meio de trocas experimentais mútuas estabelecidas durante toda sua vida. Assim, através do brincar, a criança pode desenvolver capacidades importantes, como, por exemplo, a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, entre outros, que propiciam à criança o desenvolvimento de determinadas áreas da personalidade, a saber: afetividade, motricidade e inteligência, sociabilidade e criatividade.

CONSIDERAÇÕES

Em suma, a partir dos levantamentos bibliográficos é notório os grandes avanços da Educação Infantil, enquanto I etapa da educação básica, tanto nos aspectos legais quanto aos fundamentos teóricos, que juntos impulsionaram significativas mudanças e deram sustentação para a evolução e transformação dessa etapa ao longo da história no Brasil.

Os aspectos legais e documentais apontam normas e diretrizes pedagógicas com o objetivo de expandir a oferta de vagas e melhorar a qualidade no atendimento ao público que compõe essa etapa. Consequentemente assegurando e promovendo uma visibilidade a importância social da Educação Infantil.

A partir da análise das legislações e demais arcabouços teóricos, entende-se que os eixos estruturantes: interações e a brincadeira estabelecidos pelas DCNEIs, estão sempre relacionados à qualidade da Educação Infantil e têm uma função significativa para o desenvolvimento integral das crianças nesta etapa, norteando o currículo e prática cotidiana do professor nas instituições de Educação Infantil. Os professores, enquanto sujeitos mediadores precisam oferecer situações de aprendizagens intencionais e planejadas, partindo do interesse das crianças, as quais vão construindo sentidos sobre si, os outros e o ambiente onde vivem.

Nesse aspecto pode-se afirmar que a criança da Educação Infantil aprende, sim, e que as instituições educacionais são espaços que contemplam o cuidar e o educar de forma indissociável e de modo a contribuir para as aprendizagens e desenvolvimento das crianças.

O brincar ganha destaque, por se tornar essencial no cotidiano da Educação

Infantil, pois, conforme as crianças brincam, surgem as possibilidades de crescer, interagir, desenvolver papéis e enredos de maneira coletiva ou individualmente. Por meio das brincadeiras a criança interage, imagina, imita, comunica e representa com ações, a maneira como compreende a realidade. Por isso, é necessário que as instituições de educação Infantil proporcionem ambientes enriquecedores, que possibilitem vivências e experiências desafiadoras para que a criança desenvolva suas aprendizagens e ampliem seus repertórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Maria Carmem Silveira; RICHTER; Sandra Regina Simonis. Campos de Experiência: uma possibilidade para interrogar o currículo. In: FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen; FARIA, Ana Lucia Goulart (Orgs.). **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira & FOCHI, Paulo Sergio. Os bebês no berçário: ideias-chave. In: ALBUQUERQUE, Simone Santos & FLORES, Maria Luiza Rodrigues (Orgs.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul**: perspectivas políticas e pedagógicas. Porto Alegre: EDI PUCRS, 2015.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 16 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Critérios para um Atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/paraqualvol2.pdf>. Acesso em: 07 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil– Brasília: MEC/SEB, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/indic_qualit_educ_infantil.pdf. Acesso em: 12 de setembro de 2024.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.html. Acesso em: 03 de agosto de 2024.

BRASIL. Presidência da República. promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.html. Acesso em: 08 de setembro de 2024.

CARVALHO, Rodrigo Saballa e FOCHI, Paulo. A pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil. **Revista em Aberto** / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, v. 30, n. 100, p. 5-7, set./dez. 2017.

FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen; FARIA, Ana Lucia Goulart. **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

FOCHI, Paulo. Ludicidade, continuidade e significatividade nos campos de Experiência. In: FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen; FARIA, Ana Lucia Goulart (Orgs.). **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GOULART, Isabelly. A Importância da Educação Infantil na Formação do Cidadão Crítico/ Reflexivo. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/criticoreflexivo/index.php?pagina=0>. Acesso em: 10 setembro de 2024.

HERMIDA, J. F. (org.) **Educação Infantil**: políticas e fundamentos. 1 ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 1993.

KISHIMOTO. T. M. Currículo de educação infantil: creches e pré-escolas. Significado do termo currículo. Currículo de educação infantil: critérios de qualidade e instrumentos

de implementação. Texto encomendado pela Coordenação-Geral de Educação Infantil do MEC. Dezembro. 1994 (mimeo).

KRAMER, Sônia. Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.1, p. 69-85, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n1/v37n1a05.pdf>. Acesso em: 03 de setembro de 2024.

KRAMER, Sônia. O Papel social da educação infantil. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000082.pdf>. Acesso em: 05 de setembro de 2024.

MACHADO, M.L de A. **Proposta de critérios de análise e avaliação de projetos educacionais-pedagógicos para a educação infantil no Brasil**. Versão preliminar. São Paulo, dezembro, 1994 (mimeo).

MELLO, A.M. **Reflexões sobre proposta pedagógica e currículo**. Texto encomendado pela Coordenação Geral de Educação Infantil. Dezembro, 1994 (mimeo).

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. O Currículo Na Educação Infantil: O que Propõem as Novas Diretrizes Nacionais? Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2010--pdf/7153-2-1-curriculo-educacao-infantil-zilma-moraes/filef>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2014.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Planejamento na educação infantil: mais que a atividade, a criança em foco. In: OSTETTO, Luciana Esmeralda. (Org.) **Encontros e encantamentos na educação infantil**: partilhando experiências de estágios. Campinas: Papirus, 2000. p. 175-200.

VYGOTSKI. **A formação social da mente**. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZUCCOLI, Franca. As indicações nacionais italianas: campos de experiência e artes. In: FINCO, Daniela; BARBOSA, Maria Carmen; FARIA, Ana Lucia Goulart (Orgs.). **Campos de experiências na escola da infância**: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro. Campinas, SP: Edições Leitura Crítica, 2015.

Credenciais da/os autora/es

BARBOSA, Elaine Pereira de Queiroz- Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIALFA

PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo - Professor permanente no mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIALFA

Endereço para correspondência: PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo, e-mail: marcelo.ueg@gmail.com .

Como citar este artigo (Formato ABNT): BARBOSA, Elaine Pereira de Queiroz; PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo. Uni duni tê...aprender o quê? O educar, o cuidar e o brincar como práticas indissociáveis na Educação Infantil. **Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 6, n.1, p. 28-52, v9i1.521, 2024. DOI 10.37444/issn-2594-5343.v9i1.520

Recebido: 01/08/2024.

Aceito:02/03/2025.